

PINGA-FOGO

Golaço de Menin ao escolher o jornalista João Vítor Xavier para presidir a CNN Brasil. Classe política confia no novo CEO

■ O empresário e controlador da CNN Brasil, Rubens Menin, marcou um golaço ao procurar dentro da própria emissora e da sua rádio Itatiaia o nome do novo presidente do seu canal de notícias. Trata-se de João Vítor Xavier Faustino, que apresenta o programa CNN Esportes S/A, é vice-presidente da holding Itasat, integra a equipe de esportes da Rádio Itatiaia desde 2000 e apresenta, diariamente, o programa Bastidores, desde 2004. Um detalhe fundamental é o seu entendimento da política, João Vitor está no seu quarto mandato de deputado estadual por Minas Gerais, filiado ao Cidadania e com livre trânsito no mundo político.

■ Com mandato eletivo e respeitado na classe política nacional, ele traz para a CNN Brasil e para o grupo de Menin o peso político que o ex-presidente João Camargo tentava construir, só que capitalizando para a sua operação paralela no Grupo Esfera, empresa de lobby presidida pela sua filha Camila Camargo Dantas, casada com o ministro e ex-presidente do TCU, Bruno Dantas.

■ Nascido em 1984, com uma larga experiência em coberturas esportivas nacionais, candidatou-se a deputado estadual nas eleições de 2010, tendo sido um dos candidatos mais votados de Belo Horizonte, eleito com 56.956 votos. Assumiu seu primeiro mandato na ALMG, em 2011. Renunciou ao auxílio-moradia no primeiro dia de mandato, votou pelo fim do 14º e 15º salários para os deputados, votou pelo fim do pagamento de participação em reuniões extraordinárias e votou pelo fim do voto secreto na Assembleia de Minas. Em 2014, foi reeleito, obtendo 81.156 votos. Foi um dos autores do projeto de lei “Mar de Lama Nunca Mais”, tendo atuado por sua aprovação na ALMG. A Lei 23.191, de 2019, originada desse projeto, institui a Política Estadual de Segurança de Barragens e determina a erradicação das barragens construídas pelo método de alçamento a montante em Minas Gerais.

■ A escolha do novo presidente fortalece a atuação política da força da CNN Brasil, coloca um apresentador que conhece a casa e os seus prioridades, reforça Minas como centro das grandes decisões da empresa e reforça o papel das sinergias com a rádio Itatiaia. Rubens Menin deixa de ser um mero pagador de contas, já que a força política gerada pela CNN Brasil era materializada em apoio comercial no Esfera, bem longe dos interesses da rede. A fidelidade do novo gestor a Menin será absoluta, bem diferente da decepção que enfrentou com o CEO demitido, com o qual colecionou decepções e surpresas desagradáveis. Agora a CNN Brasil estará 100% afinada com os objetivos e metas do seu acionista e mantenedor. O mercado aplaudiu a chegada de João Vitor que estará no circuito Belo Horizonte, Brasília e São Paulo. Na emissora, João Camargo é página virada.

■ CAUSA ESTRANHEZA I - O escritório de advocacia que conduza recuperação judicial da SuperVia, e acumula outros contratos com a empresa, nem sempre alinhados com os acionistas, queria passar a frente dos demais credores



A presidente da OAB-RJ, Ana Tereza Basilio; a vice-presidente da OAB-RJ, Sylvia Drumond; a pres da OAB Jovem, Livia Madeira; e a vice-presidente da Caarj, Mônica Alexandre



Ana Paula Vescovi, economista-chefe do Santander



Marcio Giannico, líder do time de governos, instituições e universidades do Santander Brasil



Luiz Coppola, CIEE



Sergio Malta, Sebrae



Mais de 7,5 mil advogados e advogadas no encontro



Maurício Balassiano, Certisign

res e receber dezenas de milhões de reais vindos dos aportes do Estado para melhoria do serviço de trens para a população.

■ CAUSA ESTRANHEZA II - A Procuradoria-Geral do Estado tem celebrado um acordo mais que generoso com a Mitsui e seus advogados na bacia das almas com suposto objetivo de não prejudicar os centenas de milhares de fluminenses que utilizam os trens da SuperVia todos os dias e, como efeito colateral, os japoneses agora livres da pressão do juiz acham que podem mandar nas condições e no tempo de sua saída da operação de trens. Quem perdeu foi o Estado.

■ ROMBO NOS COFRES PÚBLICOS - Luiz Geraldo de Paula, ex-secretário de Meio Ambiente e Serviços Públicos de Quissamã, e a empresa União Norte Fluminense Engenharia e Comércio Ltda. são alvos de Ação Civil Pública

movida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Eles são acusados de causar um prejuízo de R\$ 12,8 milhões aos cofres públicos por meio de contratos superfaturados de coleta de lixo firmados em 2013. A Promotoria aponta que dois contratos – um com dispensa de licitação e outro decorrente de concorrência pública – apresentaram sobrepreço e pagamentos indevidos por serviços não executados, como manutenção de mobiliário urbano e uso de balsa aquática.

■ A investigação revela que a empresa foi beneficiada com valores acima do praticado no mercado e que o ex-secretário agiu com dolo e má-fé, sendo responsável pela contratação e fiscalização. A proposta de acordo apresentada foi rejeitada por ambos os réus, o que resultou na judicialização do caso. O MP pede o ressarcimento integral do valor, com atualização monetária, juros e honorários advocatícios.

■ MEDALHA GETÚLIO VARGAS - O plenário da Câmara Municipal de Volta Redonda foi palco na noite de quinta-feira, dia 28, da entrega da Medalha Getúlio Vargas para políticos e autoridades das mais diversas esferas do Estado do Rio. Entre elas, o prefeito do Rio, Eduardo Paes, aplaudido ao ser chamado para compor à mesa principal. Ficou ao lado do ex-deputado estadual Edson Albertassi, das deputadas Laura Carneiro e Benedita da Silva, e de Munir Neto, deputado estadual e irmão do prefeito Antônio Francisco Neto, de quem Paes tenta apoio na corrida de 2026. O prefeito, que não pôde comparecer à cerimônia, sempre dá a mesma resposta a Eduardo Paes: “É fiel ao governador Cláudio Castro e apoiará quem ele pedir”. Aliás, o secretário estadual de Cidades, Douglas Ruas, não recebeu a medalha pessoalmente, pois estava em outro compromisso com o governador Cláudio Castro.

■ HOMENAGEM NA DESPEDIDA - A 4ª Subseção da OAB Barra Mansa realizou um coquetel de despedida em homenagem ao juiz de Direito da 1ª Vara Cível da cidade, Francisco Ferraro Junior, nesta quinta-feira, 28, no Fórum de Barra Mansa. O evento reuniu advogados que ressaltaram a trajetória do magistrado na Comarca. O coquetel foi organizado e presidido por Aloizio Perez, presidente da subseção. Em seu discurso de despedida, o juiz agradeceu a homenagem e a parceria com a advocacia local, destacando o trabalho de sua equipe e a importância do trabalho em conjunto para a busca da justiça. O presidente da OAB, Aloizio Perez, elogiou a carreira do magistrado e o legado deixado na Comarca. Perez enfatizou a atuação técnica e humana de Ferraro.

Tales Faria

Crise do Pix ajudou o PCC e respinga na oposição

Um mesma apuração, envolvendo os mesmos personagens e investigadores. Mas, na hora da entrevista coletiva de imprensa, não deu para a equipe do governo federal e a equipe de São Paulo se apresentarem juntas. Por quê? Porque entrou um elemento político bombástico na história. A Polícia Federal decidiu expor que os criminosos, ligados ao Primeiro Comando da Capital, o PCC, se beneficiaram de uma articulação da oposição bolsonarista para desacreditar o Pix no início do ano. A Secretaria de Segurança de São Paulo não aceitou que se fizesse essa correlação e o impasse levou a serem promovidas entrevistas coletivas separadas – da equipe federal, em Brasília, e da equipe estadual, em São Paulo.

A diferença entre as duas apresentações é que a equipe federal sublinhou que uma fake news sobre a suposta intenção do Ministério da Fazenda de taxar o Pix atrapalhou a fiscalização sobre as fintechs utilizadas no esquema de fraudes operado PCC no setor de combustíveis. Uma das fake news, em janeiro, citava a norma da Receita Federal que tinha como objetivo combater fraudes e ocultação de dinheiro ilícito. A Receita estava tentando obrigar as fintechs a informar transações de pessoas físicas acima de R\$ 5 mil. Só ampliava um serviço de monitoramento que já existia para cartões de crédito e depósitos bancários. “As fake news foram tão fortes que nós não conseguimos seguir [a origem

inicial dessas] mentiras, por conta da força de quem as impulsionava. E as operações de agora revelam quem, de fato, se beneficiou”, afirmou o secretário da Receita Federal, Robson Barreirinhas. Um vídeo do deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) acusou o governo de tratar o pequeno comerciante como grande sonegador. Foi compartilhado por políticos bolsonaristas, inclusive o clã Bolsonaro, e obteve centenas de milhões de visualizações. Diante da repercussão das fake news, a popularidade do governo despencou e o novo ministro da Comunicação, Sidônio Palmeira, convenceu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a mandar revogar o ato normativo do monitoramento. “A Receita Federal recebeu o

maior ataque da história dela”, lamentou Barreirinha. O esquema do PCC, que inclui lavagem de dinheiro no setor de combustíveis, só foi desmantelado na manhã desta quinta-feira (28), quando foram deflagradas três operações simultâneas – Quasar, Tank e Carbono Oculto. Foram cumpridos mais de 400 mandados judiciais, incluindo 14 de prisão, e centenas de buscas e apreensões em pelo menos oito estados do País. As investigações apontaram que, com o uso de cerca de 1,6 mil postos de combustíveis, a facção criminosa movimentou aproximadamente R\$ 140 bilhões entre 2020 e 2024. As medidas judiciais levaram ao bloqueio e sequestro de mais de R\$ 3,2 bilhões em bens e valores.

A Receita informou que o PCC se utilizou de fintechs e de dezenas de fundos de investimentos. Ao todo, 42 alvos estão localizados em cinco endereços na Avenida Faria Lima, em São Paulo, maior centro financeiro do país. Mais de R\$ 1 bilhão em bens foram bloqueados. Resultado: este será mais um capítulo bombástico da novela da disputa eleitoral que o país viverá até outubro do ano que vem. A disputa das últimas eleições presidenciais não acabou com o fechamento das urnas em outubro de 2022. Varou o ano seguinte, com quebra-quebra na Praça dos Três Poderes e tentativa de golpe de Estado cujo julgamento só deve terminar neste ano.